

A HISTÓRIA E OS ARQUIVOS

Amádio Vettoretti

Diretor do Arquivo Público e Histórico
do Município de Tubarão-SC

Quando iniciei a pesquisa da História de Tubarão, em 1986, não sabia por onde começar, por não haver, no município, um arquivo histórico. Os poucos documentos existentes estavam dispersos.

O primeiro passo foi a coleta destes documentos que resultou na criação do Arquivo Público e Histórico do Município de Tubarão, oficializado em 1990.

No entanto, o alicerce de minha pesquisa foi o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, que, na época, era instalado na Rua Felipe Schmidt, 119. Naquele arquivo, encontrei preciosas informações que foram a base do livro "História de Tubarão, das origens ao século XX", com o qual se corrigiram diversas distorções.

Na medida em que ia mergulhando na documentação, em busca das origens do povoamento do sul do Estado, cada vez mais ia percebendo que vários historiadores dos municípios desta região, não haviam pesquisado suas origens nos arquivos, ou, quando o fizeram, foi de modo superficial. Escreveram suas histórias com pouca base documental, utilizaram a "lei do menor esforço", afastando-se do

trabalho paciente, dedicado e exaustivo da pesquisa de arquivos.

As publicações referentes aos históricos municipais transmitiram informações existentes nas prefeituras, compiladas por "historiadores", ou repetiram as mesmices das escritas anteriormente, com escasso fundamento documental. Do mesmo modo os jornais. O jornalista não é pesquisador, ele busca informações históricas nas publicações especializadas e, se houver erro, é da responsabilidade do autor.

Alguns estoriadores possuem uma imaginação muito fértil, utilizando uma dedução de fazer inveja aos filósofos da Escolástica que criaram o método do silogismo como forma de raciocínio.

Cito como exemplo, entre outros, a história do município de Treze de Maio, desmembrado de Tubarão. A história é contada e ensinada nas escolas, bem como retransmitida nas publicações de "históricos" do município, conforme segue:

"TREZE DE MAIO"

Com a libertação dos escravos, o Governo reservou, no mu-

nicipio em foco, grande porção de terras, um "Quadro", para aí se

instalarem os negros ex-escravos. Mas aos beneficiários não agradou o local e abandonaram-no.

Foram os italianos e filhos destes os primeiros colonizadores de Treze de Maio ou "Quadro" como era conhecido.

As primeiras famílias foram os Bonelli e os Formentin que aí se estabeleceram nos últimos anos do século passado. Estava assim iniciado o povoamento do município que foi recebendo cada vez mais imigrantes.

Em 1926, era elevado à categoria de Distrito, que em homenagem à libertação dos escravos e pelo fato de início narrado passou a se chamar Treze de Maio".

(História de Santa Catarina, GRAFIPAR, Vol. IV, 1970)

Vejamos os documentos:

Encontrei no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina vários documentos, entre eles, um relatório da Comissão de Terras e Colonização, órgão encarregado pela discriminação e demarcação de terras devolutas e também responsável pela recepção e assentamento dos imigrantes. O relatório datado de 4 de fevereiro de 1888 abrange toda a ex-colônia de Azambuja e dele extraímos a informação sobre a origem do povoamento de Treze de Maio:

"Existindo terras devolutas nas imediações de "Lageado" em condições muito vantajosas para a formação de um núcleo, foi discriminado uma área de 3.586 hectares e criado o "Núcleo Presidente Rocha". Para a sede deste novo

núcleo foi dada uma área de 121 hectares".

Após considerações sobre outros núcleos, retorna:

"O núcleo Presidente Rocha, recentemente criado, é bem situado, anuncia um próspero futuro, não só pelas terras magníficas como pelos meios de comunicação de que dispõe. Acha-se a 19 Kilômetros da estação da estrada de ferro "D'onna Thereza Christina" na Vila do Tubarão, e comunica-se com a sede de Urussanga e com a povoação de Jaguaruna pela estrada Urussanga ao Lageado".

Registra, também, a produção agrícola e a população do dito núcleo do ano de 1887:

"Núcleo Presidente Rocha:

Feijão: 240 litros

Milho: 62.400 litros

Gado Vacum: 27

Gado suíno: 2.490

Habitantes: 469"

Com este relato, liquidam-se as deduções e fantasia: o Núcleo Presidente Rocha foi criado antes da Abolição da Escravatura. O "Quadro" que tanto confundiu os "estoradores" era simplesmente a área destinada a servir de sede do mencionado núcleo. Aquele quadro, que media exatamente 4 lotes rurais, foi, em data posterior, sendo ocupado pelos moradores das linhas, de forma desordenada, porque a comissão não demarcou, de imediato, os lotes urbanos e não fez o traço urbanístico. Os moradores das linhas apelidaram "Quadro" a sede do núcleo.

A algumas destas linhas foram dados os nomes que homena-

A algumas destas linhas foram dados os nomes que homenageavam aos que demarcaram e criaram o núcleo:

"Núcleo Presidente Rocha", ao Dr. Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina.

"Linha Fausto", ao Engenheiro Alberto Fausto de Souza Júnior, Inspetor Especial de Terras e Colonização.

"Linha Paiva", ao Engenheiro Ajudante Arthur Ferreira de Paiva.

*"Linha Mesquita", ao Agri-
mensor Antônio Lopes Mesquita.*

Além do mais, o memorial de discriminação e demarcação de terras devolutas na área em torno do Ribeirão Coruja e Rio Caipora foi assinado em 6 de maio de 1885, pelo Engenheiro Reginaldo Cândido da Silva. Os memoriais estão no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Na documentação pesquisada não encontrei nenhuma referência sobre o porquê da denominação "Núcleo Presidente Rocha" ter sido substituída pelo topônimo "Núcleo Treze de Maio", bem como nenhuma citação oficial a respeito do nome "Quadro", referindo-se àquele núcleo, parte integrante da ex-colônia de Azambuja.

Mas o que mais intriga é que, no Mapa Geral da ex-colônia de Azambuja, assinado em 12 de dezembro de 1887, consta "Núcleo Treze de Maio" e não mais "Presidente Rocha".

As famílias citadas no "histórico" como fundadores não

consta no relatório. Na realidade eles receberam os lotes rurais já demarcados pela Comissão, da mesma forma que fizeram outros colonos.

Confundiou-se a tradição oral, que Giovanni Bonelli e Luigi Formentim iniciaram, em 1892, a construção da pequenina capela, na sede do Núcleo, auxiliados por outros colonos. Era coberta de palha e nela se utilizou muitas "ripas" de palmito, amarradas com cipós, devido à escassez de pregos.

Não foram só os italianos e seus descendentes os povoadores de Treze de Maio. Os de origem açoriana participaram desde o início conforme consta na relação dos títulos definitivos de suas propriedades. Esta "mistura" de europeus e nacionais ocorreu por exigência do Governo Provincial, a partir de 1886, a fim de evitar incidentes desagradáveis como os acontecidos em Blumenau e Urussanga, regiões povoadas por elementos de uma só etnia. Por isso, se exigiu que a instalação dos imigrantes se fizesse junto com outras raças, de preferência com aos nacionais, que, até então, não haviam usufruído dos benefícios e facilidades na aquisição de terras que eram concedidas aos estrangeiros.

Conclui-se que a criação do Núcleo Treze de Maio (ex-Presidente Rocha) não está ligada à escravidão ou a ex-escravos por ter acontecido antes da abolição. Mesmo que posteriormente à sua fundação alguém tenha trocado a denominação original para homenagear a "Lei Áurea" foi um ato

aleatório sem fundamento no processo histórico.

Não havia escravos naquele lugar e, ainda hoje, é muito raro encontrar seus descendentes naquela área. Não consta, na Comissão de Terra e Colonização, qualquer doação de Terras a ex-escravos. Muito menos qualquer indício de formação de quilombo.

O historiador e o Arquivo caminham juntos. Quem não se dá

ao árduo e silencioso trabalho de pesquisar em fontes documentais escreve uma história capenga.

O historiador, ao publicar seu livro, elabora um documento idôneo que é o resumo de toda a sua pesquisa. Desta forma, as escolas poderão retransmitir informações corretas aos seus alunos.